

14 DEZ 1981

ECON. Brasil

# Um enredo imoral

JORNAL BRASILEIRO

**Josemar Dantas**

Já agora os elementos essenciais da crise brasileira, no centro da qual fulguram os ácidos da desintegração econômica, evoluíram para o teatro das relações morais. Não exatamente por causa dos escândalos no manuseio de recursos públicos, que estes sempre existiram desde que o almirante, há 491 anos, embicou as suas caravelas no rumo de Porto Seguro. Mas pela desenvoltura, dir-se-ia debochada, com que, desde 15 de março de 1990, se pratica os mais deslavados atos corruptivos no âmbito da administração oficial. E, também, *last, but no least*, pelo assombroso número de ostensivas negociações denunciadas pela imprensa e confirmadas em investigações posteriores.

Antes, havia um certo cuidado em ocultar no *bitombo* das formas operacionais oblíquas o *descaminho* de dinheiros públicos, em trabalho laborioso de desvios quase imperceptíveis. É certo que a impunidade consagrou-se, como agora, em regra imutável. Mas o afrouxamento dos laços morais sempre colhia, da autoridade supostamente investida de competência para apurar bandalheiras, protestos de censura e promessas de punição rigorosa para os delinquentes.

Agora, perplexa, a sociedade testemunha uma insólita mudança nos hábitos oficiais. Aqueles que, por dever previsto em lei, suportam os ônus da responsabilidade pessoal pela conduta das estruturas de nível político e devem responder, eventualmente, por culpa *in elegendo* e *in vigilando*, tomam a imediata defesa dos atos inquinados de irregulares. Só depois, após destilar ódio bilioso contra os denunciantes, na maior parte dos casos, a imprensa, confessam a existência de operações fraudulentas, não antes, seguramente, das denúncias terem sido irrepli-

velmente comprovadas. Assim foi, como em diversos outros, no episódio mal-cheiroso resultante de superfaturamento na compra de 22 mil e 500 bicicletas, algo prosaico se não tivesse sido ruinoso à bolsa magra do contribuinte.

Nesse espantoso processo de deliquescência dos valores éticos, a mentira, os contorcionismos retóricos para encobrir a realidade, a farsa, os expedientes ardilosos de favorecimentos ilegais tornaram-se rotina na vida nacional. A feição das formas usurárias tão ao gosto de Monsieur Grandet projeta-se o saneamento das contas públicas pela emissão de um pacote fiscal capaz de aditar às disponibilidades do erário algo em torno de 12 bilhões de dólares. É do Congresso a responsabilidade pela aprovação de semelhante ajuste, — a ser completado com eventual e drástica economia nos gastos públicos, — que sairá, como sempre, das receitas insuficientes dos assalariados, pois o sistema produtivo sem dúvida transferirá os ônus da nova carga fiscal para os preços.

Enquanto isso, Monsieur Grandet, paradoxalmente perdulário, autoriza o Banco do Brasil a renegociar a dívida de 2 bilhões de dólares de usineiros, vencida há dez anos, em suavíssimas prestações a serem resgatadas em 20 anos. Mais ainda. Fez aprovar no Congresso Nacional a concessão de incentivos fiscais aos exportadores, com efeito retroativo, para livrá-los do pagamento de débitos pendentes da ordem de 4 bilhões de dólares.

No mais, a orgia de gastos, de que são exemplos as centenas de escândalos na administração de recursos, é hialina demonstração de que não havia necessidade alguma de aumentar as disponibilidades do Estado à custa do debilitado contribuinte. Um corte nos proveitos da imoralidade e a cessação de favorecimentos ilícitos seriam suficientes.